

APAV[®]



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

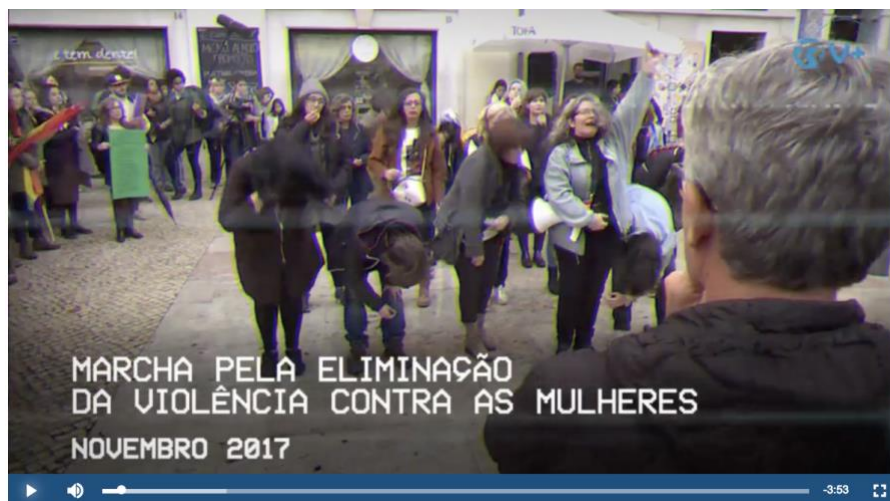
JANEIRO 2018



APOIO



THE HOUSE OF PR



Violência doméstica. A justiça portuguesa está no século XXI?

03 jan, 2018 - 14:40 • Teresa Abecasis , Rodrigo Machado (pós-produção)

Um sistema de justiça em que o agressor "sai como ganhador" e em que se "culpabiliza a vítima". Sentenças embebidas de "pensamento machista, misógino, estereotipado". Assim vê a APAV algumas das sentenças de 2017 em matéria de violência doméstica. Para 2018, a instituição pede formação obrigatória nesta área.

O ano em balanço

Figuras e factos que marcaram 2017

Ecos do Sor

ecosdosor.r@gmail.com

O ano de 2017 arrancou com a notícia da assinatura de um protocolo entre o Município e a Universidade Atlântica, propriedade do grupo industrial espanhol Carbures no âmbito das atividades aeronáutica e aeroespacial desenvolvidas no aeródromo municipal e no Campus Aeronáutico. Estavam a dar-se os primeiros passos para a instalação do Museu Municipal da Moagem e do Arroz. O pontossorenses Joaquim Pinto cumprira um século de vida. Em janeiro ainda se faziam ouvir os ecos da visita do Primeiro-Ministro António Costa, que em dezembro viera inaugurar as obras de requalificação do Largo Marquês de Pombal (Largo da Igreja). A cimeira aeronáutica **Portugal Air Summit**, era anunciada para maio. Hugo Hilário tornava pública a sua recandidatura à presidência do Município de Ponte de Sor. A CDU venciu as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Galveias que tinha, assim, uma nova presidente: Fernanda Bacalhau. No futebol, o EFC continuava a dar cartas no Campeonato Distrital, rumo ao Campeonato de Portugal e à conquista da Taça da Associação de Futebol de Portalegre.

Fevereiro / março

Em fevereiro e em entrevista, o presidente da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, João Machado, revelava que ao fim de três anos, as verbas da Comunidade Europeia relativas ao investimento dos agricultores estavam praticamente esgotadas. Ponte de Sor acolhia uma reunião dos 25 autarcas dos Municípios que integram o sistema Valnor que assim se manifestam contra o aumento dos valores aplicados para a recolha de Resíduos Sólidos Urbanos. Com alegria, anunciávamos que Ponte de Sor se preparava para acolher a 24 e 26 de março a 5.ª Edição do Encontro Diocesano de Talzê. Os atletas do Eléctrico alcançavam resultados bastante positivos no X.º Torneio de Natação da Cidade de Ponte de Sor. Em março, abria a nova Casa Mortuária da cidade e eram inauguradas as obras de requalificação da delegação local da Cruz Vermelha e do Centro de Convívio

de Reformados e Pensionistas. Era assinado o protocolo que dava vida à Escola de Vela na albufeira de Montargil. Francisco Vinagre Coelho, Comandante Honorário dos Bombeiros Voluntários de Ponte de Sor e antigo elemento da Orquestra de Harmónicas contava-nos a história da sua vida. Com tristeza noticiávamos o falecimento do Pe. Agostinho Teixeira de Sousa, antigo diretor do **Ecos do Sor**. No andebol, os Juniores Masculinos do GEPS lutavam pela subida à 1.ª Divisão.

Maio e junho

Entre 30 de março e 1 de abril, Ponte de Sor acolhia o XVI.º Encontro das Cidades do Festival Sete Sóis Sete Luas que trouxe até nós 30 delegações de 13 países do mundo lusófono e mediterrâneo. Entre os convidados estiveram entre nós o Prémio Nobel da Paz em 2015, o tunisino Mohamed Fadhel Mahfoud, a embaixadora de Portugal em Marrocos, Rita Ferro e a Conselheira Cultural da Embaixada de Marrocos em Portugal, Waffa Zniber. Em abril, o Município de Ponte de Sor assinava o Protocolo de Colaboração do Setor Aeronáutico do Alentejo. O documento, assinado em Beja a 18 de abril, estabelecia as formas de cooperação e a promoção de iniciativas de desenvolvimento relacionadas com o setor na região. No mesmo mês, António Costa inaugurava a Tekever e o secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, homologava o protocolo entre ANPC, o Município e os bombeiros locais para a criação de uma Equipa de Intervenção Permanente. Maio, mês da Portugal Air Summit. Durante quatro dias, Ponte de Sor foi palco de uma cimeira inédita no País que teve o objetivo de apontar pistas para o futuro do setor. No mesmo mês, a APAV abria em Ponte de Sor o Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste. Depois do Largo Marquês de Pombal, em 2016, e do Largo 25 de Abril, no início de 2017, chegara a vez do Largo do Rossio sofrer obras de requalificação. O Basquetebol do EFC garantia a permanência na Liga Profissional de Basquetebol. A 31 de maio, o nosso colaborador Lino Mendes foi agraciado na Assembleia da República com a distinção "Valor e Exemplo" pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Re-

creio e Desporto. O nosso concelho ficava de fora dos trágicos incêndios que deflagraram neste mês na região centro do País. Neste mês 18 novos voluntários entraram ao serviço do corpo de bombeiros local que, em simultâneo, apresentava dois novos veículos de combate a incêndios. O técnico ucraniano Andrii Melnychuk deixava o basquetebol do EFC para integrar a equipa técnica do Centro Nacional de Treino da Federação Portuguesa de Basquetebol.

De julho a outubro: um verão interminável

Julho em Ponte de Sor é sinónimo de Festas da Cidade. Em entrevista, o presidente do Município, Hugo Hilário, justificava investimentos e apontava prioridades para o futuro. Ponte de Sor era anunciado como um dos concelhos envolvidos num projeto pioneiro da Associação Coração Delta. Os moinhos do nosso concelho foram o tema do nosso suplemento especial editado aquando das Festas da Cidade. Um estudo elaborado pelos historiadores Ana Isabel Silva e Carlos Faisca. Em julho, a Conferência Vicentina de São Francisco de Assis assinalou 61 anos de presença na nossa comunidade. Um projeto elaborado por alunos do Ensino Vocacional da Escola Secundária para recolha inteligente de resíduos obtinha reconhecimento nacional. Dois campos de Padel eram inaugurados no exterior do edifício das Piscinas Cobertas Municipais. Na edição única de agosto, Taveira Pinto, antigo presidente do Município e da Assembleia Municipal anunciava o adeus à vida política ativa. A Universidade do Minho reconhecia Ponte de Sor como Município do Ano da Região Alentejo. A Junta de Freguesia entregava a medalha da Freguesia ao escritor José Luís Peixoto. Jorge Lima, atleta de Natação do EFC estava de malas aviadas para Budapeste para participar no Campeonato do Mundo de Natação Masters. Setembro. Com Eleições Autárquicas à porta, o nosso jornal ouviu as propostas dos cabeças de lista das forças políticas que se iriam apresentar a sufrágio a 1 de outubro: Bloco de Esquerda, CDU, PPD/PSD e PS. A ULSNA abria concurso para a colocação de três médicos de família nos Centros de Saúde de Ponte de Sor e Mon-



targil. O Município adquiria o edifício da Casa do Povo da cidade. A militar no Campeonato de Portugal, a equipa de futebol sénior perdia em casa frente ao Torreense por dois a um. Já a equipa de Futsal entrava no Campeonato Nacional da 2.ª Divisão a vencer, fora, a equipa do Vila Verde (Sintra) por nove bolas a três. Em outubro, o PS venciu as Eleições Autárquicas com uma esmagadora maioria elegendo o presidente e mais cinco vereadores contra apenas um eleito pela CDU. Dávamos conta do 103.º aniversário da pontossorenses Maria de Jesus Vicente. O Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues visitava o Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor. A visita inseria-se na Semana Europeia da Educação Física e serviu para assinalar o arranque oficial da Unidade de Apoio ao Alto Rendimento Escolar.

Novembro e dezembro

Em novembro, a empresa BeOn energy foi primeira página. A empresa de sistemas solares do pontossorenses Rui Rodrigues, venceu um concurso internacional em Singapura. Em entrevista, o engenheiro manifestava o desejo de trazer a produção para Ponte de Sor. A Baja Portalegre 500 fez de Ponte de Sor, uma vez mais, a sua segunda casa. O sucesso voltara a ser retumbante. A Cáritas Diocesana manifestava o seu repúdio face aos incêndios que, a 15 e 16 de outubro, voltaram a assolar o País semeando devastação e morte. O Grupo L3 CTS, líder mundial na formação e treino para pilotos e

mecânicos aeronáuticos, adquire a academia de pilotos G Air.

No mesmo mês, um workshop do IEFP trazia a Ponte de Sor a reflexão sobre a redução do número de desempregados na Região e a necessidade de articular estratégias, em conjunto com outras instituições, para responder a eventuais projetos de investimento com criação de postos de trabalho. Com o País a sofrer os efeitos de uma seca sem precedentes, os lagareiros da cidade confirmavam a boa qualidade do azeite que saía da safra de 2017. O Futsal do EFC estendia à Taça de Portugal o bom desempenho que ia demonstrando na 2.ª Divisão Nacional. No último mês do ano, e em entrevista, o presidente do Município, Hugo Hilário, e o vereador das Obras Públicas, Rogério Alves revelavam novos investimentos na cidade e apontavam os desafios municipais para 2018. O médico cirurgião pontossorenses José Fernandes e Fernandes fazia um balanço da sua vida e partilhava-o com os nossos leitores. Publicámos um conto inédito do escritor José Luís Peixoto. Fruto da reestruturação da empresa, os CTT preparavam-se para despedir dois trabalhadores em Ponte de Sor. A equipa de futebol do Eléctrico apresentava um novo treinador. A Orquestra de Harmónicas assinalava 75 anos. E assim foi em 2017. Em 2018, e por si caro leitor, continuaremos a dar conta do que mais importante se passa na nossa terra e no nosso concelho. No final do ano cá estaremos para voltar a fazer contas.



Violência doméstica. Em 2018, o agressor vai deixar de ser "ganhador"?

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima encontrou pensamentos "misóginos" nos acórdãos polémicos de 2017. E pede formação obrigatória para os juízes sobre um crime que matou pelo menos 19 pessoas no ano passado.

As palavras da juíza Joana Ferrer Antunes sobre a alegada violência exercida por Manuel Maria Carrilho sobre Bárbara Guimarães durante o casamento são apenas mais umas num cenário de acórdãos polémicos sobre violência doméstica que marcaram 2017.

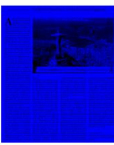
Diz a juíza que "uma mulher determinada e senhora da sua vontade 'casa' mal com qualquer tipo de inibição, no caso de efectivamente se encontrar numa situação de perigo a que tivesse de reagir". Em entrevista à **Renascença**, Daniel Cotrim, assessor técnico da direcção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), afirma que tudo está errado nestas palavras.

O erro, defende, começa no desconhecimento científico e prolonga-se nas consequências graves que traz para o sistema, para a vítima e para o agressor, que sai como "ganhador" de todo estes desentendimentos.

A solução, argumenta Daniel Cotrim, passa por uma formação na área da violência doméstica para todos os que trabalham nesta área, magistrados incluídos.

O relatório mais recente da APAV, de 2016, aponta para uma média de 100 mulheres por semana vítimas de violência doméstica. Mas estes números baseiam-se nos casos conhecidos – "há muitas mulheres que não se queixam".

Em 2017, pelo menos 19 pessoas (dados provisórios) foram mortas pelos parceiros, ex-companheiros ou familiares próximos. Em 2016, foram 21. E muitas destas vítimas não estavam referenciadas nem em organizações nem em forças policiais.



ID: 73016245

09-01-2018

CÁTIA OLIVEIRA E LETÍCIA LEAL (*)

Violência Doméstica contra Pessoas Imigrantes

A violência doméstica é um problema social universal que está presente em todas as culturas, etnias, religiões e estratos económicos. A violência doméstica define-se por comportamentos violentos e abuso de poder de uma pessoa sobre a outra com o intuito de controlar e dominar. Ocorre entre pessoas que têm/tiveram uma relação de intimidade (hétero e/ou homossexual), familiar e/ou de dependência (i.e., económica e/ou emocional), sendo que qualquer pessoa pode ser vítima. No entanto, existem grupos mais vulneráveis como as mulheres, pessoas idosas, crianças, pessoas com deficiência e/ou em situação de doença, pessoas LGBTI, pessoas imigrantes e pessoas dependentes economicamente do/a agressor/a (GIG, 2014). Não obstante dos homens e rapazes também podem ser vítimas de violência doméstica, as estatísticas demonstram que as mulheres e as raparigas são a maioria das vítimas deste tipo de violência (Archer, 2006). Segundo as Nações Unidas (2015), prevê-se que no mundo 1 em cada 3 mulheres já foi vítima de alguma forma de violência (física, psicológica, sexual e/ou social). Com uma crescente visibilidade na esfera pública, traduzida num claro aumento das denúncias, a violência nas relações íntimas tem sido objeto de diversas políticas dirigidas à prevenção dessa violência, à sua criminalização e ao apoio às vítimas (Gelles, 1993). Assim sendo, em 2017, no âmbito do II Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (GRA) foi dada prioridade à prevenção da violência e combate à discriminação contra a pessoa imigrante. Esta preocupação esteve assente na necessidade de dar importância a este grupo vulnerável, uma vez que de acordo com o relatório “A Passage to Hope – Women and International Migration”, o número de mulheres migrantes tem vindo a aumentar significativamente, o que coloca importantes desafios (UNFPA,



2006). As mulheres imigrantes, tal como as nacionais, estão sujeitas, no país de acolhimento, a diferentes formas de violência como a violência no seio familiar, o assédio sexual, a violação, entre outras variadas, e não exclusivas, formas de violência. A mulher imigrante pode muitas vezes estar exposta a violência doméstica por parte de um/a parceiro/a agressor/a, particularmente se for oriunda de um país onde a violência do homem contra a mulher é tolerada e se se encontrar numa situação de dependência económica (Cohen e Maclean, 2004). Em 2013, a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica (UAVIDRE – APAV) registou um total de 781 crimes, sendo que cerca de 75% das queixas foi do crime de violência doméstica. Em termos de caracterização das vítimas, estas eram sobretudo do sexo feminino (85,5%), com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos de idade (24,1%), casados/as (32,6%) ou solteiros/as (19,5%) e com filhos

(31,2%). No que diz respeito à nacionalidade das vítimas, cerca de 33,2% eram brasileiras, cabo-verdianas (6,6%), angolanas (6,3%) e ucranianas (5,2%). Em 2016, o SEF sinalizou 40 vítimas associadas ao crime de tráfico de pessoas (nepalesas, brasileiras, romenas e ucraniana) e 3 vítimas de violência doméstica.

Nos Açores, procurou-se ao longo do presente ano realizar inúmeras iniciativas que envolveram várias entidades locais (públicas e privadas) na área da integração das pessoas imigrantes (AIPA) e prevenção e combate à violência doméstica e igualdade de oportunidades (Redes e Pólos de Prevenção à Violência Doméstica e de Género), contando com o apoio do Governo Regional dos Açores (Direção Regional da Solidariedade Social). As iniciativas foram dirigidas a pessoas imigrantes e população em geral através da realização de eventos integrados no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial (21 de março), Dia Municipal do Imigrante e do Diálogo Intercul-

tural (com o apoio das autarquias locais) e Dia Internacional das Migrações (18 de dezembro). Assim, realizaram-se mesas redondas em várias ilhas designadas “Violência Doméstica: Latitudes de uma problemática” com a participação de pessoas imigrantes que residem nos Açores, a exposição de fotografia colectiva “Mulheres do Mundo” (da autoria dos fotógrafos Luís Godinho e Rui Caria), teatros de fantoches para crianças (com a adaptação do conto “De outra Cor, de Susana Teles Margarido) e sessões de esclarecimento junto de jovens em contexto escolar (“Viagem pela Igualdade”). Ainda se sentiu a necessidade de criar materiais de apoio para este público-alvo, designadamente folhetos em várias línguas e uma brochura de culinárias com informação sobre a violência doméstica e de género. ❏

(*) Equipa técnica Núcleo de Iniciativas de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (SCMPV)



“A violência nunca é uma forma de amar”

Oliveira de Azeméis Psicóloga Matilde Dias alerta para o aumento de violência no namoro, um crime público punido por lei, e revela que um em cada cinco jovens é vítima deste tipo de comportamentos

Diana Cohen

O número de casos de violência no namoro tem vindo a aumentar e, em Portugal, um em cada cinco jovens é vítima deste tipo de comportamentos. Esta foi uma das informações transmitidas pela psicóloga Matilde Dias no âmbito de uma conferência que juntou pais, encarregados de educação, jovens e até crianças interessadas na temática na Escola Secundária Ferreira de Castro, em Oliveira de Azeméis.

Dados revelam que, na maioria dos casos, a violência é exercida por homens, fenómeno que, de acordo com a psicóloga, é explicável tendo em conta a cultura, ainda enraizada, de predominância do sexo masculino, em que “o homem manda, a mulher obedece”.

O primeiro passo, entende, deve ser tomado dentro de casa, com os pais a darem o exemplo e a “estabelecerem li-



Psicóloga Matilde Dias defende a importância de educar, sensibilizar e prevenir

mites” e “trabalhando-se o amor próprio”.

“A violência não é aceitável, é preciso ensinar os jovens de que os conflitos se resolvem com diálogo”, afirmou, durante a iniciativa promovida pela Federação de Associações de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis.

E o que leva uma pessoa a manter-se numa relação abusiva durante a juventude? Matilde Dias identifica algumas situações frequentes, como a crença de que o companheiro vai mudar de comportamento, a “pressão do grupo” (muitas vezes, o casal partilha os mesmos amigos), a vergonha de contar o que se passa à família ou a amigos ou o medo das consequências face ao término da relação.

Sinais de alerta que devem ser tidos em conta

Para se evitar um relacionamento pouco saudável ou “tó-

xico”, deverão ser tidos em conta alguns sinais de alerta, designadamente a existência de insultos verbais, de críticas negativas susceptíveis de baixarem a auto-estima, o isolamento, desinteresse por actividades que anteriormente eram apreciadas ou o baixo rendimento escolar.

“Educar, sensibilizar e prevenir é a única forma de o número de casos diminuir”, defendeu Matilde Dias, realçando que este é um crime público e punido por lei.

A psicóloga reforçou que a denúncia pode ser feita de forma anónima, junto da Associação de Apoio à Vítima (APAV), da Comissão Cidadania e Igualdade (CDI), GNR, PSP, ou ainda através das linhas 122 ou 144 (Linha Nacional de Emergência Social).

A violência no namoro integra a tipologia legal da violência doméstica e é criminalizada desde 2007. ◀



ADRIANO MIRANDA

Clima pessimista leva a mimetismo noutras áreas, analisa APAV

Portugueses sentem-se mais seguros, diz barómetro da APAV

Crime

Joana Gorjão Henriques

Inquérito a 600 pessoas de todo o país indica que só 10% sentem insegurança. Clima de “paz social” explica parte de resultados

O sentimento de insegurança em Portugal diminuiu nos últimos cinco anos, revela o Barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e Intercampus, sob o tema *Criminalidade e Insegurança*. Só 10% dos inquiridos consideram a zona onde residem como perigosa ou insegura, quando em 2012 essa percentagem era de 19%, mostra o resultado de um questionário com 600 entrevistas em Portugal à população com 15 e mais anos.

Comparativamente ao questionário feito em 2012 há uma descida do sentimento de insegurança em vários aspectos: face à zona residencial, à segurança em termos pessoais, aos bens pessoais e à experiência pessoal nos últimos 12 meses.

No item assaltos e agressões, mais de 75% declaram não ter medo, um sentimento que era mais baixo em 2012, com apenas 58% a afirmá-lo. O medo aumenta quando se analisa a opção “outras zonas” além daquela onde o inquirido reside e trabalha: aí 52% dos que declaram ter medo escolheram essa opção. E é mais alto para quem tem mais de 65 anos.

Também diminuiu o número de pessoas que têm medo de um assalto à sua residência, por um lado, ou que o seu veículo seja alvo de furto

ou dano, por outro: passou de 52% para 34% no primeiro caso, e de 64% para 44% no segundo caso.

Quanto a assalto, agressão ou outro apenas 3% disseram ter sido vítima de algum desses crimes, quando em 2012 era 5% da amostra. Já quando se questiona os inquiridos sobre se conhecem alguém vítima de assalto, agressão ou outro crime nos últimos 12 meses essa percentagem sobe para 18%.

Uma das leituras da descida tem que ver com o facto de estarmos num período em que há “mais paz social”, considera Carmen Rasquete, secretária-geral da direcção da APAV. “O outro inquérito foi feito em 2012, no auge da crise económica. Um ambiente de maior pessimismo leva a que se faça um mimetismo para outras áreas da vida”, explica.

Por outro lado, apesar de a APAV ainda estar a analisar os dados do ano passado, afirma que estes resultados não têm correspondência com o número de vítimas que os procuram, que não diminuíram. “Neste inquérito estamos a falar de insegurança na rua, mas na esfera privada essa diminuição não existe.” Explica: “Não há uma relação de causa-efeito entre a criminalidade sofrida e o sentimento de insegurança: posso não ter sido vítima de nenhum crime, mas ser mais susceptível e ter medo.”

Os resultados foram analisados a partir de informação recolhida através de entrevista telefónica, com base em questionário elaborado pela Intercampus, entre os dias 24 de Outubro e 11 de Novembro.

jhenriques@publico.pt

APAV Relativamente ao ano de 2012, este indicador caiu para metade, segundo inquérito

22% dos portugueses receiam ser assaltados

Leonora Paiva Watson

leonorpaiva@jn.pt

► Mais de um quinto dos portugueses (22%) receia ser assaltado e agredido, segundo o último inquérito da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), realizado em parceria com a Intercampus, entre 24 de outubro e 11 de novembro a pessoas com 15 ou mais anos, sobre "Criminalidade e Insegurança". Os números sobem para os 34% quando se trata do medo de ver a residência assaltada; e para os 44%, se se trata do veículo.

O receio de ser assaltado ou agredido é mais acentuado nas pessoas com mais de 65 anos e nas regiões do Sul, isto é, Alentejo e Algarve. Os números mostram, contudo, uma assinalável diminuição no sentimento de insegurança comparando com o ano de 2012, quando a APAV e a Intercampus fizeram exatamente o mesmo inquérito. Em 2012, o receio de ser assaltado e agredido chegava a 44% dos portugueses. O mesmo ocorre com o receio de ver a casa assaltada, que atingia 52% da população, mais 18% do que atualmente; e com o medo de o veículo ser alvo de furto, que chegava a 64%, mais 20% do que agora.

Fase mais otimista

Para Cármen Rasquete, secretária-geral da APAV, uma das possíveis explicações para esta diminuição do sentimento de insegurança prende-se com o facto de, atual-



É a população mais idosa que maior receio sente de assaltos e agressões

mente, vivermos um período de "crescimento económico" e estarmos "numa fase muito mais otimista e muito maior paz social". Aquela dirigente recordou que, em 2012, o país encontrava-se "no centro de uma crise económica" e "existia um grande pessimismo relativamente ao futuro, não só em questões de criminalidade, como também em questões pessoais", evidenciando um certo "sentimento de insegurança generalizado", com um certo efeito de contaminação.

Ainda segundo o inquérito, atualmente apenas 10% da população considera a zona onde resi-

de insegura ou perigosa. Quem mais mostra este receio são as mulheres e os idosos, e a zona onde ele é mais patente é em Lisboa e no Norte.

O inquérito mostra ainda que apenas 3% da população foi assaltado, agredida ou vítima de outro crime nos últimos 12 meses (em 2012 foram 5%). Mas representam 18% os que responderam que conhecem alguém – familiar, amigo ou conhecido – que tenha sido assaltado, agredido ou vítima de outro crime no último ano. Esta questão foi feita em 2017 pela primeira vez, pelo que os resultados não podem ser comparados. ●

Estudo :

600

entrevistas foram feitas entre outubro e novembro. A margem de erro do inquérito da APAV/Intercampus é inferior a 5%.

10%

sentem receio de ser alvo de insultos, ameaças ou agressões no interior da sua residência. Em 2012, eram o dobro.

Temas contemplados

● Especificamente, este inquérito contempla os seguintes temas: sentimento de segurança face à zona residencial, sentimento de segurança em termos pessoais, sentimento de segurança face aos bens pessoais e experiência pessoal nos últimos 12 anos.

Medo em outras zonas

● Quem receia ser assaltado ou agredido, não remete esse medo para a sua zona de residência ou para a área onde trabalha. Sente medo de ser alvo de um ataque em outras zonas, sendo esse temor maior ao cair da noite do que durante o dia.

ESTUDO DA APAV

34% temem furtos em casa

■ O número de portugueses que receiam sofrer assaltos em casa, por furto, sem violência, baixou de 52 por cento para 34. O estudo da APAV, entre outubro e novembro de 2017, revela, ainda, que mais de 75% dos portugueses mostram não terem medo de serem agredidos ou assaltados. O crescimento da economia ou harmonia social são os fatores apontados para o aumento da segurança. ●A.F.O



ID: 73164768

18-01-2018

Portugueses dizem que se sentem hoje mais seguros

INQUÉRITO Os portugueses sentem-se mais seguros do que há cinco anos, uma situação para a qual terá contribuído o clima de «mais optimismo» que hoje se vive em Portugal, revela um inquérito da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Em parceria com a Intercampus, a APAV voltou a aplicar em 2017 o inquérito que já tinha

realizado em 2012 sobre “Criminalidade e Insegurança”, em que questionou os portugueses sobre o “sentimento de segurança” face à zona residencial e aos bens pessoais, sobre o “sentimento de segurança em termos pessoais” e a “experiência pessoal nos últimos 12 meses”.

Os dados resultam de 600 entrevistas feitas entre Outubro e Novembro. ◀

Diário de Notícias

Carlos Pinto de Abreu: "Há um problema de formação nas polícias"

de Abreu: "Há um



Carlos Pinto de Abreu presidiu o Conselho dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados e continua a dedicar muita atenção às questões dos direitos dos cidadãos. O advogado considera útil a recomendação da inspetora-geral da Administração Interna e aponta algumas das falhas das polícias em Portugal.

A IGAI fez uma recomendação às polícias sobre as normas de identificação e detenção de menores, lembrando as regras gerais. Há motivos para que as polícias portuguesas sejam alertadas para estas normas?

A questão da identificação é um direito que as autoridades têm e está definido por regras muito claras. Lembrar as regras em vigor parece-me importante do ponto de vista pedagógico, mas se houve necessidade de fazer uma recomendação é porque houve notícia de situações que não ocorreram como deviam. Pode haver um problema de violação dos direitos humanos.

Mas as polícias não deviam atuar segundo as normas?

Relembrar as regras é sempre importante, quer para quem chefia como para quem fiscaliza. É um imperativo, não pode haver esquecimentos. Há um problema de formação nos órgãos de polícia criminal em Portugal e é muito mais operacional do que constitucional. Muitas vezes conhecem a lei, mas não cumprem. E se não cumprem, não venham invocar desconhecimento.

Em que situações é que se verifica o incumprimento da lei?

Por exemplo, um detido tem direito a ter sempre um advogado com ele e isso não é cumprido pelas polícias. Muitas vezes justificam-no com álibis do género: estarem a fazer um procedimento de revista à pessoa. Isso pode acontecer na presença de um advogado. Já houve queixas de advogados.

Nas identificações com retenção em esquadra também há abuso?

Por vezes, não se justifica a retenção na esquadra. É uma forma de humilhar. Ainda por cima as esquadras não têm videovigilância ou uma escala de advogados de prevenção para acompanhar

APAV

Sociedade – APAV apresenta “Criminalidade e Insegurança” com Intercampus

2018-01-12 16:07:24

No próximo dia 17 de janeiro, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresenta as conclusões da nova edição do Barómetro APAV/Intercampus, sobre o tema da “Criminalidade e Insegurança”.



Autores

Diário do Distrito | ML

✉ Email

Foto

Direitos Reservados

Localidade

Portugal

Categoria

Sociedade

Tópicos

APAV
VITIMAS
JUSTIÇA
TRIBUNAIS

A sessão vai contar com a participação de Clara Francisco (Intercampus) e Carmen Rasquete (APAV) e terá lugar nos Serviços de Sede da APAV com início às 11 horas.

O inquérito sobre “Criminalidade e Insegurança” foi desenvolvido no âmbito da parceria mecenática entre a APAV e a Intercampus, resultando da aplicação de um questionário junto da população portuguesa, com 15 e mais anos de idade.

Segundo o comunicado de imprensa, este inquérito contempla os seguintes temas: sentimento de segurança face à zona residencial; sentimento de segurança em termos pessoais; sentimento de segurança face aos bens pessoais; experiência pessoal nos últimos 12 meses. Em 2012 foi realizado um questionário sobre o mesmo tema, pelo que agora se apresenta uma comparação aos resultados então obtidos.

Recorde-se que a entrada é gratuita, limitada à lotação da sala, mediante inscrição para o email: comunicacao@apav.pt (com indicação de nome do/a participante e instituição)

SEGURANÇA

Portugueses sentem-se mais seguros

17 DE JANEIRO DE 2018 - 09:31

O Barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da Intercampus mostra que o sentimento de segurança aumentou entre 2012 e 2017.



Foto: Orlando Almeida/Global Images

Joana Carvalho Reis



Os dados do Barómetro mostram que entre 2012 e 2017 houve melhorias no sentimento de segurança dos portugueses. A diretora da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) justifica a evolução com a conjuntura social e económica.

A jornalista Joana Carvalho Reis resume os dados do estudo da APAV e da Intercampus

Carmen Rasquete lembra que em 2012 o país estava em pleno período de crise e o pessimismo e o medo faziam aumentar o sentimento de insegurança.



Cavalos "purificados" pelo fogo



PUB

ÚLTIMAS

Cerveira prepara "Grande Rota do Cervo" para dar a conhecer "Interior inacessível"
Há 6 min

Trabalhadoras da Triumph em Belém para entregar afeto a Marcelo
Há 7 min

Pinhal de Leiria: ainda há pirilampus na catedral sussurrante?

Puigdemont ignora risco de prisão e já está na Dinamarca

O Barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da Intercampus mostra que uma em cada três pessoas tem medo de ser assaltada e é no sul do país que esse receio é maior. Dados que podem ser explicados com o envelhecimento da população no Alentejo e no Algarve.

Em 2017, apenas 10% dos inquiridos dizia sentir que mora numa zona perigosa. Há cinco anos essa percentagem era de 19%.

Entre aqueles que sentem maior insegurança, 30% têm mais de 65 anos. Os mais novos, entre os 15 e os 24 anos, são os que se sentem mais seguros na zona onde residem.

Em termos geográficos, é na região de Lisboa que mais pessoas consideram que vivem em zonas perigosas (36%), seguida do Norte (33%), e do Centro (21%) e, por fim, os habitantes do Alentejo (9%) e do Algarve (2%).

Para a Polícia de Segurança Pública (PSP), a principal razão que leva as pessoas a sentirem-se mais seguras é a descida da criminalidade. **O Diário de Notícias revela que entre 2012 e 2016 houve menos 65 mil crimes em todo o país.**

Entrevistado pelo DN, Hugo Palma, diretor do gabinete de imprensa da PSP, lembra ainda que a polícia está mais visível, o que também interfere no sentimento de segurança.

Os dados do Barómetro APAV/Intercampus resultam de 600 entrevistas feitas entre 24 de outubro e 11 de novembro a 600 pessoas com 15 ou mais anos, residentes em Portugal continental.

NAS NOTÍCIAS

Portugueses sentem-se seguros e sem medo de assaltos

Por Redação

17 Janeiro 2018 - 07:47

A maioria dos portugueses sentem-se seguros e sem receio de serem assaltados. Estas são as conclusões de um estudo de inquérito realizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) sobre criminalidade.

Questionados sobre a perceção de segurança, o sentimento em relação a este tema e mesmo a experiência no último ano, de acordo com o que é adiantado pela Renascença, nesta quarta-feira, 90 por cento das pessoas inquiridas considera a sua zona residencial segura e não perigosa.

Outros dados revelam que 10 por cento sentem-se menos seguras à noite, sendo nesse período que se sentem menos seguras.

Já 77 por cento dizem não ter receio de serem assaltados ou agredidos.

De acordo com dados deste inquérito, 94 por cento das pessoas dizem que não foram assaltadas, agredidas ou vítima de qualquer outro crime.

Na ficha técnica deste estudo realizado pela Intercampus, a que a Renascença teve acesso, é descrito que este inquérito foi feito a 600 indivíduos com 15 ou mais anos, de ambos os sexos, que residem em Portugal continental em cinco regiões do norte, centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.



SEGURANÇA

Maioria dos portugueses sente-se segura e sem medo de assaltos

17 jan, 2018 - 06:30 • Celso Paiva Sol

São conclusões do barómetro de percepção da insegurança elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que será divulgado esta quarta-feira.



Foto: Hugo Delgado/Lusa

Seguros e sem grandes receios de serem assaltados, agredidos ou insultados. É assim que os portugueses respondem quando questionados sobre o sentimento que têm em relação à criminalidade, revela o segundo barómetro de percepção da insegurança elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que será divulgado esta quarta-feira.

À procura da percepção que cada um tem da criminalidade, aos inquiridos foram colocadas perguntas específicas sobre o sentimento de segurança na respectiva zona de residência, em relação aos seus bens e à sua própria pessoa, e ainda sobre a experiência pessoal concreta no último ano.

Em qualquer um dos casos, as respostas revelam níveis satisfatórios de segurança.

Um total de 90% das pessoas consideram a sua zona residencial segura e não perigosa, sendo que os outros 10% queixam-se sobretudo da noite.

Setenta e sete por cento dizem não ter receio de serem assaltados ou agredidos, enquanto a preocupação dos restantes está essencialmente em zonas desconhecidas e durante a noite.

No mesmo registo de confiança, 90% dos inquiridos dizem não recear ser alvo de insultos, ameaças ou agressões dentro da própria casa.

Considera a zona onde reside insegura ou perigosa...



Base: Total (600)

■ Não ■ Sim ■ NS/NR

Conhece alguém – familiar, amigo(a), conhecido(a) que tenha sido assaltado(a), agredido(a) ou vítima de outro crime nos últimos 12 meses?



Os números são, no entanto, mais equilibrados quando o assunto são os assaltos e furtos em residências e viaturas.

Entre os inquiridos, 64% não temem que a sua casa seja assaltada e 54% não receiam furtos ou danos nos veículos.

Já em relação à experiência concreta de cada um nos últimos 12 meses, a esmagadora maioria dos inquiridos (94%) dizem que não foram assaltados, agredidos ou vítima de qualquer outro crime. Oito em cada dez pessoas afirmam não conhecer ninguém que tenha passado por essas situações.

Melhorias face a 2012

Este barómetro de percepção da criminalidade e insegurança é o segundo que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima realiza em colaboração com a Intercampus.

O primeiro foi há cinco anos, exactamente com as mesmas perguntas, e na comparação de resultados também se encontram melhorias significativas.

Em quase todos os capítulos, os receios registados em 2017 foram percentualmente metade dos que tinham sido registados em 2012.

O universo deste barómetro da APAV e da Intercampus são os indivíduos com 15 ou mais anos, de ambos os sexos, residentes em Portugal Continental. Foram entrevistadas 600 pessoas, distribuídas por cinco regiões do país: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.



PESQUISA

DESTAQUES

NORTE


POLÍTICA

ECONOMIA

Estudo da APAV diz que os portugueses se sentem mais seguros



18-01-2018 12:30 | País
Porto Canal

 Like 11 people like this. Sign Up to see what your friends like.

Aumentou a segurança nacional, ou pelo menos a percepção dela. Um estudo da APAV mostra que a maioria dos portugueses se sente segura e sem medo de assaltos, ao contrário do que acontecia há cinco anos.

Alentejo

Medo de ser assaltado ou agredido é “mais acentuado” no Alentejo, revela estudo da APAV



Publicado em Regional | 18 janeiro, 2018 | Imprimir

[Partilhar](#) [Gosto 4](#) [Share](#) [G+ Partilhar](#)

No Alentejo e no Algarve, pessoas com mais de 65 anos sentem mais receio de serem assaltados ou agredidos, de acordo com um inquérito da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, divulgado esta quarta-feira (17 de Janeiro).

O inquérito revela que apenas 10% dos inquiridos considera a zona onde reside como perigosa ou insegura, enquanto em 2012 o mesmo estudo registou 19%, dos quais, 55% dizem que essa perceção de insegurança é maior durante a noite.

O mesmo estudo indica ainda que mais de 75% da amostra não receia ser assaltada ou agredida (58% em 2012), sendo que no Alentejo e no Algarve “o receio de ser assaltado ou agredido é mais acentuado” nas pessoas com 65 ou mais anos (22% da amostra), um receio “maior” em outras zonas que não a de residência ou de trabalho e “durante a noite”.

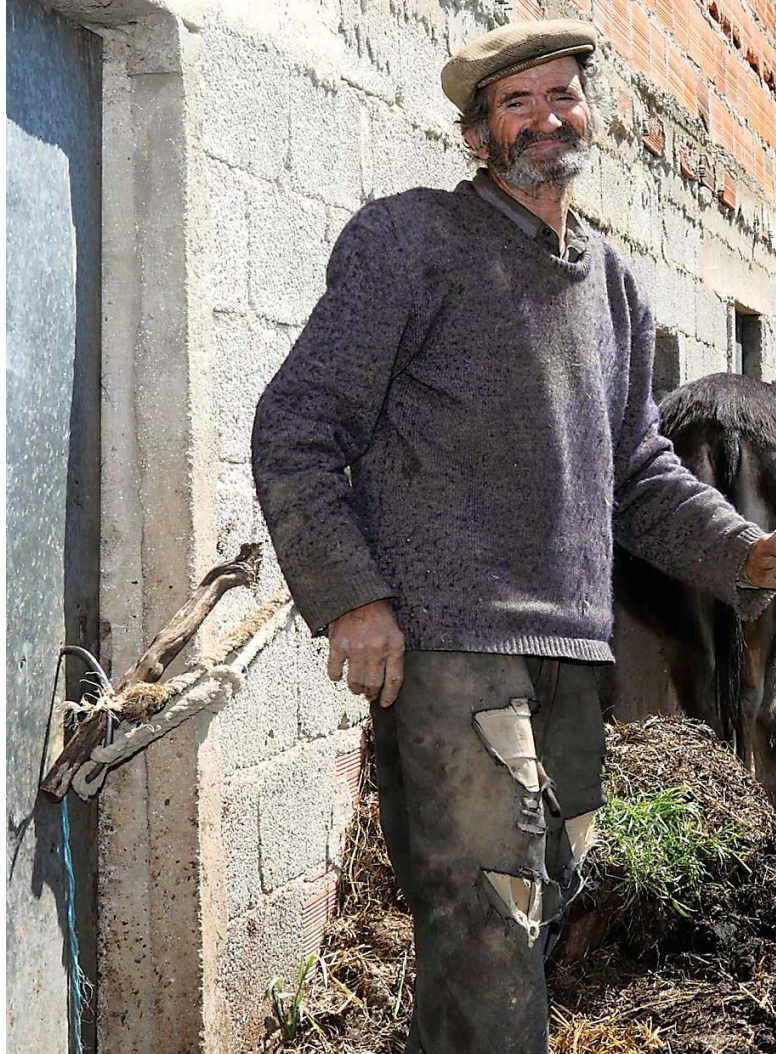
Os dados resultam de 600 entrevistas feitas entre 24 de outubro e 11 de novembro a pessoas com 15 ou mais anos, residentes em Portugal continental, e indicam “uma tendência para a expressão de um menor sentimento de insegurança por parte da amostra, quando comparados com os resultados obtidos em 2012”.

O “clima de mais otimismo, de maior segurança e de crescimento económico”, são alguns dos motivos mais evidentes apresentados por Carmen Rasquete, secretária-geral da APAV, para o maior sentimento de segurança na população portuguesa.



Survey shows Portug

People in Portugal feel safer now than they did five years ago according to the Portuguese Victim Support Association



The association, in partnership with Intercampus, carried out a survey that it had used in 2012 on 'Crime and Insecurity', in which it asked people about their "perception of security" relative to their specific residential area and their personal possessions, coupled with their "feeling of security in personal terms" and their "personal experience in the last 12 months".

The data released on Wednesday indicates "a trend to expressing an increasingly lower level of insecurity on the part of the people in the study, when compared with the results obtained in 2012", the association said. It was based on 600 interviews carried out between 24 October and 11 November with people aged 15 or over, resident in mainland Portugal.

"It is very positive to see this reduction in the perception of insecurity relative to crime," secretary-general of APAV, Carmen Rasquete, told *Lusa News Agency*.

She cited as one of the explanations for the shift the fact that there was also less industrial and labour conflict at the moment.

"There are some factors that we

can discuss, debate and even think about, one of them I think is one of the clearest [that] has to do with a climate of more optimism, of greater security, of economic growth," Rasquete said.

She recalled that in 2012 the country was in the middle of an economic crisis and "there was very much the feeling of negativity, of pessimism about the future, not only in matters of criminality but in personal questions" relating to "insecurity about the future and [people's] own lives."

The survey shows that just 10 percent of those questioned see the area where they live as dangerous or unsafe, against 19 percent in 2012. Of those who do, 55 percent say this perception of insecurity is greater at night.

The results also show that more than 75 percent of those questioned do not fear being robbed or attacked (the figure in 2012 was 58 percent). The figures also show that the proportion of those questioned who fear that their home might be burgled fell to 34 percent, from 52 percent five years ago.

TPN/Lusa



Portuguese feeling increasingly safer

...ago, thanks in part to a climate of “more optimism” prevailing in the country,
... (APAV).



A new survey has found that Portuguese are feeling increasingly safer at their homes.
(Photo: Lusa/Manuel Teles)



da. Filhos violência

Alexandra e Inês sentiram o peso das mãos dos pais sem que eles lhes tenham tocado. Houve uma parte de Cláudia e de Rogério que morreu no dia em que perderam as mães. Pedro sente-se hoje protegido numa casa-abrigo. Como eles há mais de 14 mil crianças e jovens em Portugal na mesma situação. São testemunhas da violência dos pais sobre as mães



ID: 73203484

20-01-2018 | Revista E



noite parecia durar a vida toda. Sentados na cama, Alexandra* e os dois irmãos agarravam-se uns aos outros como se o facto de estarem juntos os pudessem proteger. Aos 9, 7 e 5 anos, não sabiam dar um nome ao barulho que ouviam no quarto ao lado. Lá dentro, o pai — “o homem”, como Alexandra o trata — gritava cada vez mais alto. A mãe chorava cada vez mais alto. E, um dia, com os gritos vieram também murros, empurrões, socos. “A noite parecia uma coisa sem fim. Era um terror que parecia nunca acabar. Pensava que de manhã as coisas acabavam, mas o amanhã nunca mais vinha”, recorda Alexandra, agora mulher adulta, como se estivesse naquele quarto, a ouvir aquela violência, agarrada aos irmãos, em cima da cama. Passaram 41 anos desde que assistiu às primeiras tarefas e insultos do pai contra a mãe e é como se fosse hoje.

Agora, sabe dar-lhe um nome: violência doméstica. Sabe que existe em milhares de lares portugueses, que mata mulheres e deixa órfãs crianças. Os dados mais recentes, de 2016, indicam que estavam sinalizadas, pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 14.575 crianças e jovens por terem sido expostos a situações de violência doméstica. Deste total, 5880 casos transitaram do ano anterior, 1375 eram processos reabertos e 7320 instaurados naquele ano. A Comissão sinalizou ainda 218 por maus-tratos físicos em contexto de violência doméstica, 116 transitaram de 2015, 19 eram casos reabertos e 83 novos processos. São muitas casas onde as noites pareciam durar a vida toda.

Inês morou numa dessas casas. “O pai batia na mãe e eu ficava escondida atrás da porta a ouvir com medo.” Aos 9 anos — e ao contrário de Inês — ainda não sabe que o som da força das mãos do pai no corpo da mãe a há de acompanhar para a vida. Espera que passe rápido. Que o pesadelo chegue ao fim quando o “pai for preso” e ela e a mãe “forem para uma casa só para as duas”. É demasiado cedo para absorver tanta dor. “Não consegues fazer uma leitura do que está a acontecer. Nem tens estrutura para fazer algum tipo de julgamento”, recorda Alexandra.

Na casa-abrigo onde Inês e a mãe sonham com a vida que há de vir, a menina voltou a brincar. “Esconde a tristeza de ter sido o pai o responsável pela dor que sente”, conta a mãe, esperançosa que a filha apague as piores memórias da infância. Inês viu o pai bater na mãe muitas vezes. Outras ouviu-o. Agora estão salvo, mesmo assim ainda há momentos em que se lembra e acorda assustada. Ou está na escola, a ouvir a matéria, e lembra-se. Ou no regresso a casa tem medo que o pai a esteja a seguir. Como se o presente estivesse sempre em risco de ser um regresso ao passado.

Volta e meia, Alexandra continua a voltar àquelas noites eternas, que parecem durar uma vida. Por momentos, volta a viver o mesmo medo, o mesmo terror, a mesma solidão. E pensa nos que ainda estão nesse lugar de medo, terror e solidão. “Estas crianças vivem em grande sofrimento. Não têm mecanismos para reverter o que vivenciam. O seu mundo vai-se influenciando por aquilo que experienciamos. Correm o risco de permanecer no ciclo de violência, quer como vítimas quer como agressores”, diz Margarida Medina Martins,

fundadora e vice-presidente da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV).

Algumas destas crianças — cerca de dois terços — chegam a casas-abrigo acompanhadas pelas mães. Perdem o pai, tornando-se órfãs de um pai vivo que agrediu. E, algumas delas, perdem também a mãe. Perdem para sempre um pedaço de si, a inocência. Vivem todas um sofrimento que deveria ser proibido por lei. Tão certo como a violência que não se atenua, é a dor que irão sentir para sempre.

Alexandra sempre sentiu que o pai era a figura autoritária em casa. Era ele que decidia o que faziam, onde iam de férias, se podiam ou não ir ver os jogos do Benfica ou dormir em casa da avó. “O pai não estava presente, no entanto nós sabíamos que era ele que mandava.” Uma autoridade exercida em crescendo. Um dia essa autoridade ganhou forma de gritos. E depois o pai começou a bater na mãe. “Era uma tensão, um terror no dia a dia. À noite, lutava para não adormecer, para ficar vigilante. Mas ao mesmo tempo tinha medo, se ele entrasse pela porta também podia bater em mim”, recorda.

Sendo a mais velha dos três, calhava-lhe o lugar de proteger a mãe e os mais pequenos. E um dia — ainda hoje não consegue explicar como — estava ela entre a mãe e a pistola que o pai lhe apontava. “Estávamos os três no quarto e percebi que ele tinha uma arma. Quando cheguei, estava a minha mãe encolhida deitada na cama e ele apontava-lhe uma pistola.” O pai gritava ‘olha o que tu me fazes fazer, eu dou cabo da minha vida’. A mãe chorava, sem certezas de que continuaria viva. À volta, os vizinhos do prédio que todos os dias ouviam os gritos e som da pancada não se manifestavam. Alexandra e os irmãos pensavam que aquela sorte lhes batia apenas a eles. “Ninguém fala sobre isto. Não percebia porque é que aquilo acontecia ali. Não sei explicar porque é que nunca falei com ninguém. Mas o que é que eu podia fazer?!”

Todos os dias, em crescendo, gestos, atitudes e sinais que ela não conseguia descortinar. Sem pausas ou momentos de fuga. E ela, pequenina, a tentar evitar o que acontecia todas as noites. A ter sempre boas notas para não criar discussões, a comer tudo para não criar conflitos, a portar-se bem para o pai não ter o mínimo por onde começar a gritar com a mãe. Como se a culpa fosse dela. “Tentava fazer tudo para que não houvesse discussão.” Sem sucesso. Depressa os dias se transformavam em noites. E as noites voltavam a durar a vida toda. E as crianças — agarradas umas às outras a ouvir a pancada do pai na mãe — esperavam ansiosas que o amanhã chegasse. Mas o amanhã “era uma coisa” que nunca mais vinha.

Os dias nasceram com a mesma violência durante mais quatro anos, com o pai dentro de casa, outros nove com ele a viver fora mas a controlar tudo o que se passava. A mãe de Alexandra foi ao fundo e levou muitos anos a reerguer-se. Foi sobrevivendo aos poucos, com a ajuda da filha a fazer de mãe. E com sorte. Com muita sorte que a arma não tenha disparado, que a tarefa não a tenha matado, que a depressão não a tenha levado a acabar ela própria com a vida.

Maria da Luz não teve a mesma sorte. Sucumbiu às facadas do marido em maio de 2004. Nessa



TEXTO
CAROLINA REIS

ILUSTRAÇÃO
ALEX GOZBLAU



manhã, tornou-se uma das quase 500 mulheres mortas às mãos dos maridos a partir desse ano e até 2017. Morreu à frente da filha mais nova. Cláudia, então com 12 anos, nunca se há de esquecer de a ver deitada no chão, envolta numa poça de sangue. De se meter à frente, de atirar cadeiras ao padrasto para que ele parasse. Das facas a cortarem o corpo da mãe. Do assassino ter ficado parado a olhar quando a ajuda chegou. A noite — em que tudo começou — durará a vida inteira dentro de Cláudia. “Tinha ido dormir a casa de uma amiga e a minha mãe apareceu a chorar. Até aí, nunca tinha assistido a nada violento do meu padrasto com ela”, recorda.

Dormiram fora de casa e estiveram protegidas até o dia nascer. Contra a vontade dos outros, mas com vontade de manter o pequeno negócio, Maria da Luz insistiu em voltar a casa e ir trabalhar no pequeno estabelecimento de que era dona. Cláudia acompanhou-a, apesar de lhe dizer para não ir. “Ela tinha ficado com o trespasse e queria manter o negócio, pois tinha dívidas para pagar.” Lá dentro — escondido — esperava-as o assassino. “Estava dentro de uma espécie de dispensa, quando pediu para a minha mãe se sentar ao lado dele. A princípio ela não queria. Estava ao lado dele, quando ele tirou duas facas e começou a atacá-la.”

Na rua pedonal onde ficava a loja, ninguém entrou para ajudar, só quando a mãe “já estava no chão”, e Cláudia tinha levado uma facada. Teve a certeza, na hora, que a mãe estava morta. Perdeu a esperança ao mesmo tempo que perdeu a mãe. Um vazio enorme, o mundo a desabar à volta e ela em choque a lembrar-se de como a mãe lhe dizia que o diploma é que não podia faltar. “Depois de ser socorrida, levaram-me para outro hospital, para um psicólogo me dizer aquilo que eu já sabia: que a minha mãe tinha morrido.”

Miúda rebelde na escola, habituada a andar “na palhaçada”, entrou em choque quando ouviu a notícia que já sabia. “Lembro-me de dizer e agora como é que eu vou estudar?!”

O Estado deu-lhe uma pensão de 71 euros e entregou-a à irmã mais velha, a “primeira pessoa que apareceu”. E o nome de Cláudia engrossou outras estatísticas, é uma das órfãs da violência doméstica. Só de janeiro a 20 de novembro de 2017, os dados do Observatório de Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) indicam que foram 45 os órfãos.

Juntam-se a milhares como Alexandra, cuja sorte ditou que o seu nome não fosse adicionado à estatística. Carregam a mesma marca. Têm medos e receios que não se podem imaginar. E mais coragem do que parecem. São vítimas diretas da violência. “O meu pai nunca me bateu, mas é claro que me agrediu. Também é meu agressor”, frisa Alexandra. As vidas de Alexandra, Inês e Cláudia seguem todas a partir do dia em que viram o primeiro sinal de abuso.

“Como é que uns se salvam e outros não? Não existe determinismo. O que era a normalidade perde-se. Vai depender muito do que vier a seguir, da forma como se vai fazer o luto, das características pessoais. Precisam sempre de apoio”, sublinha Elisabete Brasil, responsável pelo Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR.

“Estas crianças vivem em grande sofrimento. Correm o risco de permanecer no ciclo de violência, quer como vítimas quer como agressores”, diz Margarida Medina Martins



Uma investigação de doutoramento recentemente divulgada conclui que os filhos das vítimas de violência doméstica chumbam cinco vezes mais que as outras crianças. Miguel Rodrigues, comissário e chefe da esquadra de Loures, analisou os anos letivos de 2003/2004 a 2014/2015 e concluiu que estas crianças e jovens têm uma retenção de 56,3%, quase quatro vezes superior à dos outros estudantes (10,5%). A maioria dos chumbos (87%) aconteceu depois de um episódio de violência doméstica.

AMEAÇAR COM A MORTE PARA SALVAR A VIDA

Há poucos estudos centrados nos filhos das vítimas de violência doméstica. Não tem estado nele o enfoque de todos os planos de combate e de prevenção à violência doméstica. Quem com estas crianças e jovens trabalha sabe que o impacto do que viveram assume várias formas. “Muitas destas crianças chegam a casas-abrigo a precisar de apoio terapêutico. Algumas fazem xixi com uma idade em que já não era suposto”, diz Margarida Medina Martins.

Alexandra e Cláudia nunca chumbaram ou fizeram xixi na cama. Alexandra usou o medo para deixar de ter medo dele. “Não é que não tenha medo, mas nunca mais tive medo de nada como aquele tipo de medo, tão profundo.” Interiorizou a dependência financeira da mãe pelo pai, que a usava como (mais) uma forma de controlo, para ser sempre uma mulher independente. Cláudia “sufocou” muitas vezes enquanto crescia. Já desconfiou muito de tudo e de todos. Já teve problemas em deixar-se conhecer. “É uma fragilidade muito grande.” Há ano e meio que vive com o namorado uma segunda vida. A morte da mãe faz parte de um percurso que aprendeu a aceitar. Não tem medo dos homens, mas protegeu-se mais ao longo da vida. Analisava muito as pessoas à minha volta, e de uma discussão simples extravasava para uma discussão gigante. “Houve muitas falhas no meu ‘processo’. Não houve vontade de perceberem onde me estavam a meter.”

Para Daniel Cotrim, psicólogo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), o foco deve agora centrar-se nos filhos das vítimas de violência doméstica que até aqui foram dependendo da boa vontade dos técnicos que os acolheram. “Muitas vezes, são jovens que acreditam nos mitos da violência doméstica, que o poder é do homem. São desconfiados, aprenderam a construir uma carapaça. Mas também há muitos que levam as mães a sair de casa e a procurar abrigos, a pedir ajuda. Ameaçam que se vão embora ou que se matam e é essa a pedra de toque para a mulher sair.”

A mãe de Rogério nunca saiu de casa. Talvez porque ele fosse demasiado pequeno para ter coragem de lhe pedir. Apanhou até cair morta no chão e ser encontrada pelo filho. Aos 8 anos tornava-se órfão de mãe e de pai vivo, autor confesso do crime. “O meu pai também morreu nesse dia.” Recorda, em silêncio, inúmeras vezes esse dia. É hoje pai de dois rapazes, marido de uma mulher a quem “nunca passou pela cabeça” bater. Tem medo que a memória o atraia — e há coisas de que não se lembra, como a roupa que vestia ou que fazia antes de entrar na cozinha e ver o corpo da mãe estendido no chão. Mas recorda-se de como era natural o pai



chegar a casa bêbado e bater na mãe. E como ele via — umas vezes escondido, outras não — e percebia que havia qualquer coisa que não estava bem. Sabia apenas que estas eram noites intermináveis, que pareciam nunca ter fim.

A violência manifestou os primeiros sinais na escola. Rogério chumbou uma vez na escola primária, mas os professores pensaram que o desinteresse se devia à falta de recursos económicos. Não percebiam que não era desinteresse, era sofrimento. “Na altura, ainda se dizia entre marido e mulher não se mete a colher. E que em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão.”

Era mais agitado do que os outros, mais agressivo, não fazia as três refeições por dia. Chegava à escola e passava o tempo da aula a atirar papelinhos aos colegas, nos intervalos se não começava a briga entrava nela. Ficava de castigo nos tempos livres ou encostado à parede durante as aulas.

E, um dia, Rogério não chegou tarde às aulas, como era costume. Naquele dia não foi. Estava em casa, sentado no chão da cozinha, agarrado aos joelhos. A mãe jazia ali ao lado. “Levei muito tempo a falar sobre isto.” Foi morar com os avós maternos depois de enterrar a mãe, mas não deixou de ter contacto com o pai. “A minha avó levava-me a vê-lo na cadeia, dizia que era meu pai e que tinha o direito de me ver.” Rogério nunca perguntou se era um direito imposto pela Justiça ou se era um direito herdado pela sociedade.

Em casa, entre ele e os avós, pais enlutados de uma filha que morreu muito cedo, havia um vazio. “Estivemos muito tempo sem nos vermos e depois, de repente, a filha deles morreu e eu fui viver com eles.” Avós à moda antiga, devastados pela tragédia, criaram Rogério com a austeridade de antigamente. Na escola, a criança revoltava-se. “Assim que cheguei ao preparatório, ia à escola mas não ia às aulas. Fazia tudo aquilo que me diziam em casa para não fazer, como fumar. Era um escape. Achava que se o meu pai me tinha tirado a minha mãe, se o meu avô me batia com o cinto, então eu podia fazer tudo.”

Chumbou mais duas vezes, comprovando a teoria da tese de Miguel Rodrigues. Experimentou “todas as drogas” antes de fazer 18 anos. Envolveu-se em brigas cada vez mais violentas. Fazia *bullying* a outros colegas, roubava-lhes o dinheiro do almoço e esperava, no fim das aulas, os que se queixavam. Os professores perderam a paciência, a avó não sabia lidar com ele e o avô nunca teve uma expressão de carinho.

E na escola nunca perceberam o que estava por detrás daquelas atitudes. “O Estado deveria fazer uma coisa que não tem feito, e que não sabe fazer. Não são propostas, nem campanhas, tem de haver uma política nacional em que todas as crianças e jovens que estão em risco fiquem sinalizados”, defende Margarida Medina Martins.

Nessa política nacional integrada, a escola e a saúde deveriam ocupar um papel central para detetar, precocemente, casos de risco. “Não basta apoiar socioeconomicamente as famílias. É preciso dotá-las de outras ferramentas, que passam por ter um relacionamento com as crianças mais construtivo. A saúde tem um papel primordial: vê as crianças, vê muitas vezes o corpo das crianças, na vacinação, por exemplo. E as escolas têm um contacto

“Há crianças que se mutilam porque a dor interna que sentem é tão grande que tem de haver uma dor física que seja superior”, conta Elisabete Brasil

privilegiado, muito antes de as crianças darem sinais de que estão em risco. Mas para isso tem de estar a criança no centro de atividades”, continua a responsável da AMCV.

Quando chegou ao 9º ano, depressa a escola se encarregou de enviar Rogério para um curso técnico-profissional, daqueles onde estão todos os outros miúdos que chumbam. “Há crianças que se mutilam porque a dor interna que sentem é tão grande que tem de haver uma dor física que seja superior. É complexo perceber o que aconteceu. Também entram em quadros depressivos. É preciso que o Estado efetive uma resposta para estas pessoas. O luto não se faz em dois ou três dias”, sublinha Elisabete Brasil.

DESTRUIÇÃO TOTAL DA FAMÍLIA

Falta ir além da boa vontade. À Comissão de Proteção das Vítimas de Crimes chegam, todos anos, muitos pedidos de indemnização de filhos de mulheres mortas. Sempre que o assassino não tem meios de reparar a família da vítima e desde que a família não seja rica, o Estado pode atribuir uma indemnização até 34.860 mil euros.

“É esse o valor da maior indemnização que já demos. A qualquer vítima, o Estado não pode dar mais do que isto. Estas indemnizações só são atribuídas depois do julgamento terminar, quando fica provado que o agressor não tem meios para indemnizar as vítimas. Porém, se ficarem numa situação de carência pode-lhes ser adelantada uma pensão, como já aconteceu”, explica Carlos Anjos, presidente da Comissão.

A maioria dos pedidos é feita em nome de crianças e jovens cujas mães foram mortas pelos maridos ou companheiros. “A média das indemnizações atribuídas fica entre os 20 e 25 mil euros, e são muitos os casos em que é dado o valor máximo. Há sempre o risco de estas vítimas não saberem que têm direito, de os advogados não os avisarem”, continua Carlos Anjos.

Cláudia e Rogério não faziam ideia. Ela, quando foi morar sozinha, numa casa de porteira, lavava as escadas do prédio, trabalhava numa loja e continuava a estudar. Ele emigrou assim que acabou o curso de hotelaria e sentiu que tinha de se afastar da velha realidade. Ela teve duas consultas de psicologia ao longo da vida. Ele foi a uma, mas a avó não teve dinheiro para mais. “É preciso trabalhar seriamente o envolvimento da comunidade e da família nos planos de cidadania e igualdade, que passe a ser tema dos CV escolares”, defende Daniel Cotrim.

Não é que exista dinheiro que pague, mas também aí as crianças ficam desamparadas. “Passamos casos com irmãos que são separados, uns vão viver com o tio, outros com o avô. Há outros casos em que há um corte radical com a família do pai. É a destruição total da família”, sublinha Carlos Anjos.

Já não existe o silêncio que existia quando Alexandra e os irmãos se encolhiam em cima da cama, a ouvir o pai bater na mãe. Mas ainda há quem defenda que a culpa é da vítima, como fez em outubro do ano passado um juiz do Tribunal da Relação do Porto. “O adultério da mulher é um gravíssimo atentado à honra e dignidade do homem. Sociedades existem em que a mulher adúltera é alvo de lapidação até à morte. Na Bíblia, podemos ler que



a mulher adúltera deve ser punida com a morte”, escreveu o juiz desembargador Joaquim Neto de Moura na sentença. O magistrado, e a colega que com ele assina o despacho e que admitiu tê-lo feito sem ler, são agora alvo de um processo disciplinar. Ou a juíza do julgamento de Manuel Maria Carrilho, com a magistrada a desvalorizar as queixas de Bárbara Guimarães por esta ser “uma mulher destemida e dona da sua vontade”. Considerou Joana Ferrer que tal indicava que não era “plausível que na sequência das agressões tenha continuado com o marido em vez de se proteger a si e aos filhos”. Bárbara Guimarães — e o Ministério Público numa rara atitude — chegaram a pedir o afastamento da juíza, mas o Tribunal da Relação entendeu mantê-la.

Não têm faltado alertas para o tema. O Estado continua a elaborar planos e programas de combate à violência doméstica. Têm sido feitas campanhas, promovidas sessões de esclarecimento em escolas pelo país. As associações que trabalham com as vítimas abriram e gerem casas-abrigo, centros de acolhimento, fazem cartazes com números garrafas a incentivar as mulheres a não terem medo, saírem de casa e denunciarem o agressor. Como aquele que Pedro, 16 anos, viu afixado numa das paredes da escola. O cartaz era sobre a violência no namoro — vinha na sequência de uma sessão de esclarecimento que contou “com pessoas famosas”.

Ele viu-o, copiou o número para o telemóvel e deu-o à mãe. “Devia ter cinco anos quando vi o meu pai, irritado, a agarrar numa garrafa na cozinha e preparar-se para atirá-la à minha mãe.” Não atirou. Só que “mal o vinho lhe sobe à cabeça”, Pedro já sabia o que se seguia. “Vivíamos num ciclo que não parava. Estávamos bem só os três [Pedro, a mãe e o irmão], mas quando pai entrava em casa tínhamos medo. Já sabíamos o que ia acontecer.” Na pequena vila no interior do Norte do país onde viviam, não havia quem o pai não conhecesse. A mãe, num misto de medo e vergonha, estava disposta a aguentar até o filho mais novo fazer 18 anos. Faltavam cinco quando Pedro lhe deu o número que tirou do cartaz. Ela pensou e acabou por tomar a iniciativa.

A resposta veio em fúria e a família não teve outra solução senão procurar refúgio numa casa-abrigo. “Primeiro era difícil irmo-nos queixar às autoridades. Depois não nos conseguiram proteger.” Tal como na maioria dos casos, foram as vítimas a ter de sair de casa. Pedro deixou a escola e os amigos para trás. No local onde vivem, e que o pai não sabe onde fica, há muitas mães com filhos, num ambiente que à primeira vista parece caótico.

Para Pedro o caos é diferente. Eram noites que pareciam durar a vida toda. “Quando o meu pai começava a bater na minha mãe parecia que nunca mais ia terminar.” Fechava os olhos com força, muita força, como se essa força fizesse a violência passar mais depressa. Mas não tinha esse feito.

E no dia seguinte, a noite voltava a parecer durar a vida toda. “Só queria ir para a escola e ficar lá o tempo todo.” O mesmo escape de Alexandra, vítima do mesmo crime 40 anos antes. “Os fins de semana eram um horror. Na escola havia normalidade. Mas aos fins de semana estás sempre a pensar naquilo. Só queria ir para a escola”, recorda.

“As mulheres que acolhemos têm uma preocupação imediata, que é a segurança e a salvaguarda dos filhos”, diz Daniel Cotrim

Pedro faz questão de dizer que quer ser testemunha em tribunal. A mãe explica através de um livro ao irmão o que é um tribunal, a justiça, a violência. Miguel, uma criança com ar triste, quer ser polícia quando for grande.

Ir a tribunal é uma forma de mostrar que já não tem medo. Pedro não sabe que pode ser um prolongar da dor. Cláudia foi a testemunha principal do julgamento que condenou o padrasto a 22 anos de cadeia. Criança com a memória fresca das facas a atingirem o corpo da mãe, contou aos juizes como tinha sido. O padrasto sentado atrás, separado por “uma fina barreira de madeira”.

Outro trauma depois do trauma. “Os processos em tribunal são horrorosos. Fui bombardeada pelas perguntas do coletivo de juizes, do advogado, do procurador. E o tipo que matou a minha mãe sentado atrás de mim, num julgamento aberto para quem quisesse ver. E eles estavam ali a discutir o que não tinha discussão.” A meio da sessão, levantou-se, a pedido dos magistrados, para fazer um desenho sobre a posição do corpo. “E ainda se riram quando eu disse que a minha mãe cortava o frango com uma tesoura.”

Condenado há 14 anos, o companheiro da mãe de Cláudia tem tido saídas precárias. “Dantes tinha medo. Entrava num autocarro e imaginava que o via. Agora já não.” Quando em tribunal ele pediu desculpa à família, Cláudia não sentiu nada. O oposto ao que acontece quando se lembra da mãe. De como precisou dela, nos momentos em que se sentiu mais sozinha. De como estaria feliz se a visse agora, mulher feita e de diploma na mão.

Ao contrário de Cláudia, Rogério não teve de depor em tribunal. “Lembro-me de entrarem em casa quando estava sentado ao pé da minha mãe.” As pessoas (agentes da polícia e técnicos da segurança social) falaram com ele, mas na sua memória apenas ecoam os gritos do choro da avó.

A mãe de Pedro quer evitar mais traumas e interrogatórios, está ansiosa que tudo passe rápido. “As mulheres que acolhemos têm uma preocupação imediata, que é a segurança e a salvaguarda dos filhos. Têm urgência em tirá-los de uma situação de violência. E depois querem tranquilidade, parecida com a que há numa casa ‘normal’. Preocupam-se também que os filhos tenham uma boa adaptação à escola, que a adaptação à nova escola seja positiva, a nível de sucesso escolar, e a nível psicológico e interpessoal”, diz Daniel Cotrim.

E todas esperam que a violência não tenha deixado sequelas. Depende do futuro que lhes apresentem. Cláudia está a começar a fazer voluntariado com vítimas de violência doméstica. Rogério teve de se afastar para ultrapassar o passado. Alexandra deixou a gestão para trabalhar na área da violência doméstica, trabalhando na área da prevenção com jovens. Deixou de ter bolo de aniversário, de tirar fotografias e de gostar do Natal quando começou a ver o pai bater na mãe. Vive uma vida feliz com os irmãos e os sobrinhos, que talvez conheçam o avô através deste texto. Mesmo assim, há momentos em que a noite parece durar a vida toda. Mas depois o dia amanhece. ●

Apoio a vítimas de violência doméstica simplificado

LEGISLAÇÃO Regulamento quer tornar processo de proteção das vítimas mais eficaz e simples para as instituições que estão no terreno. APAV elogia melhoria de sistema que é “dinâmico”

As instituições de apoio às vítimas de violência doméstica vão ter procedimentos mais simples na sequência de um regulamento publicado no *Diário da República* e que visa facilitar e tornar mais eficaz a proteção. Um processo visto com bons olhos, por exemplo, pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). “A primeira parte do diploma vem ao encontro do que a APAV e outras organizações sempre defenderam, que é estabelecer uma regulamentação e *standards* mínimos para as respostas às vítimas”, refere o presidente da APAV, João Lázaro.

O diploma publicado ontem no *Diário da República* visa “determinar e simplificar os procedimentos” a levar a cabo pelos vários intervenientes do processo, tendo em vista “uma proteção mais eficaz

das vítimas de violência doméstica”. Segundo o decreto regulamentar, a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica compreende, além do organismo da administração pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género, o Instituto da Segurança Social. Sendo constituída por um conjunto de estruturas e respostas que, a par das casas de abrigo, carecem de regulamentação articulada e integrada, agrupando todos os requisitos aplicáveis a cada uma delas, tendo em vista uma harmonização de âmbito nacional das suas regras de funcionamento e garantindo o mesmo nível de qualidade dos serviços prestados, independentemente da sua natureza jurídica.

Nesse sentido, o diploma define “os requisitos mínimos e uniformi-

za instrumentos”, tais como a ficha única de atendimento, a avaliação e gestão do grau de risco e necessidades sociais, o plano de segurança e o plano individual de intervenção, de acordo com as alterações verificadas decorrentes do processo natural de evolução da rede e com as novas orientações de política nacional e internacional para a prevenção da violência doméstica.

Apesar do avanço positivo dado por este regulamento, no sentido de “melhorar o sistema, que é dinâmico”, João Lázaro acrescenta que será necessário ainda fazer algumas melhorias. “Alguns dos instrumentos de padronização terão de ser objeto de atualização, que tem de ser discutida com as associações que estão no terreno”, defende. **A.B.F., com LUSA**



ID: 73296514

26-01-2018

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

49 mulheres deixadas à morte pela Justiça

FALHAS Ministério Público e polícias arrasados pela inação que levou à morte de duas mulheres

JOÃO CARLOS RODRIGUES

Em apenas três anos, os tribunais e as polícias deixaram 49 mulheres às mãos de companheiros violentos. As vítimas apresentaram queixa às autoridades, mas pouco ou nada foi feito para as proteger: 21 acabaram por ser assassinadas; as restantes escaparam por pouco às tentativas de homicídio, de acordo com os dados revelados pelo Observatório das Mulheres Assassinadas. De fora estão ainda quase 100 casos em que o historial de violência era conhecido, mas sem que tivesse havido qualquer participação formal às autoridades.

Estes são alguns dos casos que estão a ser analisados pela Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica (EARHVD), que nos dois relatórios já apresentados

EM TRÊS ANOS HOUVE 21 MULHERES ASSASSINADAS APÓS QUEIXA FORMAL

arrasa a atuação do Ministério Público e das autoridades policiais devido às falhas existentes no apoio às vítimas (ver caixa).

A equipa, criada há um ano, nasceu da revisão da Lei de Violência Doméstica, de 2015, com o objetivo de analisar o que falha nos processos judiciais de homicídios consumados ou tentados em contexto de violência doméstica. Mas apenas em processos que já transitaram em julgado ou naqueles em que não chegou a haver julgamento por



Cândida Alves foi morta pelo marido a tiro, em Macedo de Cavaleiros, há 1 ano. Dois meses antes, após queixa, GNR apreendeu 8 armas, mas nada mais foi feito

morte do homicida. Rui do Carmo, procurador jubilado do Ministério Público (MP) que coordena a EARHVD, adiantou ao CM que “neste momento estão três casos a ser analisados”, mas “todas as comunicações vindas dos tribunais ou do MP serão devidamente avaliadas”.

Nos dois primeiros relatórios já apresentados, para lá do Mi-

nistério Público e da GNR, também os profissionais de saúde são alvo de críticas, uma vez que poderiam ter alertado para a situação antes do final trágico. Nos documentos são propostas alterações nos procedimentos que abrangem tanto as autoridades judiciárias como os municípios e a rede de apoio às vítimas de violência doméstica. ●

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

- Total de homicídios consumados
- Total de homicídios tentados

2015



9 com queixa/processo em curso	13 com queixa/processo em curso
19 com historial de violência	23 com historial de violência

2016



6 com queixa/processo em curso	9 com queixa/processo em curso
16 com historial de violência	19 com historial de violência

2017 (ATÉ 20 DE NOVEMBRO)



6 com queixa/processo em curso	6 com queixa/processo em curso
10 com historial de violência	12 com historial de violência

49 número de homicídios e tentativas de homicídios após queixa às autoridades



CASO DE VIDA

O EXEMPLO DE CLARA DE "O OUTRO LADO DO PARAÍSO"

Você não está sozinha

Como a situação da personagem da novela que a SIC exhibe alerta para o perigo de não denunciar agressões em casa

A cena é chocante na novela da TV Globo que a SIC transmite. Em "O Outro Lado do Paraíso", Clara (Bianca Bin) espera o marido, Gael (Sergio Guizé), com um sorriso no rosto, mas ele está obcecado com a ideia de que a mulher tem um caso com um empregado que acabaram de encontrar no restaurante. Ela pergunta se ele está louco. Ele reage ao bater-lhe e ela cai no chão. A luta física continua até que ela rola escada abaixo. Gael corre para socorrer a amada: pede desculpas, leva-a

ao hospital e fica à espera que ela seja socorrida. Depois, é o marido dos sonhos: cuida da mulher, ajuda-a a tomar banho e age como se não tivesse sido responsável pela agressão. Promete que nunca mais fará algo parecido. No dia seguinte, lá está ele de novo a levantar a mão!

O ciclo é um velho conhecido de milhões de mulheres em todo o mundo que sofrem com a violência doméstica. E, com essa história pesada e difícil de digerir, a novela "O Outro Lado do Paraíso" bate à porta



de quem aguenta absurdos como este, calada. Na ficção portuguesa, também não faltam casos, como em "Jogo Duplo", da TVI, em que Tiago, um inspetor da PJ sujeita a mulher, Emília, a um regime de violência psicológica e física (ver caixa).

Estas cenas servem também

Em "Jogo Duplo", da TVI, Tiago agride Emília

Como começar o processo

- Em Portugal, o primeiro passo é ligar para o 116006 (Centro de Atendimento da APAV que funciona 24 horas por dia).
- Na esquadra de polícia, a mulher é ouvida e pode ser pedido um exame de corpo de delito.
- Feita a denúncia ou queixa, é aberto um inquérito, iniciando-se a investigação. Durante esta fase, os agentes policiais irão recolher provas, como por exemplo: ouvir a vítima, o arguido e as testemunhas.
- No caso das pessoas detidas quando estão a cometer ou tenham acabado de cometer o crime, a certeza é muito forte e não são necessárias as fases de investigação, realizando-se o julgamento dentro das 48 horas a seguir à detenção.

**DENUNCIAR
É FÁCIL!**

**Ligue 116006
(APAV)**

**Não precisa
de se identificar
e a chamada
é grátis**



O CICLO ETERNO DO ABUSO

Quem conhece a situação de perto sabe como é. O marido é o homem dos sonhos, depois fica tenso, a seguir explode, depois pede desculpas...



Depois de pedir desculpas, Gael tenta reconquistar Clara

FASE DA LUA-DE-MEL

- ✓ Promessas
- ✓ Negação
- ✓ Amor

- ✓ Ameaças
- ✓ Ordens
- ✓ Isolamento

de alerta para todos nós: se for testemunha de uma agressão contra uma mulher, não tenha medo de denunciar. São atitudes como esta que fazem com que os agressores tenham medo das consequências e da ação da justiça. Proteja-se e proteja outras mulheres também! ■



FASE DA RECONCILIAÇÃO

Gael pede desculpas e diz que não bate mais

- ✓ Desculpas
- ✓ Culpa
- ✓ Remorso



INTENSIFICAÇÃO DA TENSÃO

Após um elogio do empregado, Gael fica furioso!

- ✓ Medo
- ✓ Controlo
- ✓ Autoridade



PRESENCIOU UMA AGRESSÃO?

Demonstre o seu apoio à vítima Incentive-a a ir à polícia e a levar adiante o processo. Argumente que só após saber do abuso as autoridades podem tomar providências, como afastar o agressor. Escute-a com calma, dando tempo para que ela decida agir.

O jovem agride a professora por causa dos ciúmes



FASE DA EXPLOSAO



CASO DE VIDA

Ficção imita realidade


Nas novelas portuguesas
JOGO DUPLO

Defende a justiça mas em casa quebra a lei: assim é Tiago (Graciano Dias), um homem instável e cruel que impõe um clima de violência à sua mulher, Emília (Sandra Santos).

**FLOR DO MAR**

Eram fortes as cenas em que Jacinto (Nuno Melo) dava tarefas à mulher, Branca (Julie Sergeant). Na altura, o ator contou que muitas mulheres o abordavam. "Quase todas afirmam que eles são boas pessoas mas, quando bebem, ficam alterados. É o que acontece com o Jacinto."

MAR SALGADO

"Senti que era uma obrigação social falar deste assunto", referiu Sandra Barata Belo no final das gravações em que interpretava Júlia, uma mulher que sofria nas mãos do marido, Xavier (Marco Costa), um pescador que não conseguia controlar os ciúmes, agredindo a mulher e a filha.

**Outros casos****Relacionamento abusivo nas novelas****MULHERES APAIXONADAS**

A professora Raquel (Helena Ranaldi) é agredida pelo marido, Marcos (Dan Stulbach), mas não o denuncia à polícia. Ela foge para outra cidade, mas ele encontra-a e bate-lhe com uma raquete!

**A FAVORITA**

Catarina (Lília Cabral) sofre nas mãos do marido, Leonardo (Jackson Antunes). Vítima de violência doméstica, ela separa-se quando faz amizade com Stela (Paula Burlamaqui), uma mulher independente. Leonardo vai mais longe: expulsa a filha de casa!



**▲ S. JOÃO DA PESQUEIRA****MÚSICA DE JIMMY P E WORKSHOP ALERTAM PARA A VIOLÊNCIA NO NAMORO**

Sob o mote “Amar-te e Respeitar-te”, o CLDS 3G e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São João da Pesqueira, em parceria com a Câmara Municipal, a Betweein (spin of da Universidade do Minho) e a Associação de Apoio à Vítima (APAV), levam a cabo, no próximo dia 2 de fevereiro, um workshop que visa “capacitar e dotar os jovens, com ferramentas de diagnóstico e de prevenção de comportamentos agressivos nas relações de namoro”.

O título escolhido para o workshop faz também parte de um livro da autoria do músico Jimmy P que conta três histórias

ficcionadas sobre casos de violência no namoro. No capítulo de cada uma das histórias serão disponibilizadas as letras que o músico compôs para o projeto: “Ficar bem”, “Quando dá errado” e “Como tu”. Os alunos são desafiados ainda a descarregar o instrumental do site www.amar-teerespeitar-te.com e escrever a própria letra, que pode ser acrescentada ao livro num página em branco disponível já a pensar nisso.

O dia termina com uma performance musical de Jimmy P e uma peça de teatro alusiva ao tema principal “violência no namoro”.

APAV reclama "standards mínimos procedimentais"

RTP

25 Jan, 2018, 11:56 / atualizado em 25 Jan, 2018, 11:57 | País



O Ministério Público falhou na proteção de uma mulher vítima de violência doméstica, que morreu 37 dias após ter apresentado queixa.



A procuradora não fez nada para evitar a morte. Seguiu a via burocrática em vez de acionar os mecanismos previstos na lei e desperdiçou três vezes a oportunidade de proteger a vítima.

A conclusão é de um grupo de trabalho criado pelo Governo para avaliar falhas nos processos de homicídio, em contexto de violência doméstica.

A equipa coordenada pelo Procurador Rui do Carmo sublinha que o "risco foi subestimado". Os factos remontam a 2015.

Este grupo de trabalho multidisciplinar já tinha criticado duramente o Ministério Público num outro crime de violência doméstica em Paços de Ferreira.

Para evitar estes casos, o Governo quer "simplificar" as medidas de apoio às vítimas de violência doméstica.

Um regulamento já publicado em Diário da República promete tornar mais simples e eficaz essa proteção nas instituições que estão no terreno.

A Associação de Apoio à Vítima elogia a melhoria no sistema com vista a uma regulamentação articulada e integrada para proteger a vítima.

Entrevistado esta quinta-feira na RTP3, o dirigente da APAV João Lázaro sublinhou que "estamos num país que se habitua a pedir tudo à lei".

"Existe uma necessidade premente de procedimentos, de standards mínimos procedimentais para a operacionalização da lei. E é isso que muitas vezes falha", acrescentou.

Relatório crítico de reação a violência doméstica em análise na PGR

RTP

28 Jan, 2018, 10:15 / atualizado em 26 Jan, 2018, 10:53 | País



A Procuradoria-Geral da República está a escrutinar o conteúdo do relatório da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica que aponta falhas ao Ministério Público na proteção de uma mulher assassinada após apresentar queixa contra o ex-marido. O documento, ontem divulgado, refere três oportunidades perdidas para intervir neste caso.



RELACIONADOS:



[Ministério Público acusado de deixar vítima sem proteção](#)

TÓPICOS:

[Análise, Caso, Equipa, Ministério Público, Procuradoria-Geral, Relatório, República, Retrospectiva, Valongo, Violência doméstica, Vítima,](#)

Em nota remetida à RTP, o gabinete de Joana Marques Vidal confirma ter recebido o relatório e indica que este está a ser analisado de forma a "decidir quais os procedimentos a adotar no âmbito das competências da Procuradoria-Geral da República e do Conselho Superior do Ministério Público".

A Procuradoria-Geral sublinha que o crime de violência doméstica implica "investigação prioritária", acrescentando que o Ministério Público dispõe de "vários instrumentos hierárquicos de uniformização de procedimentos", desde logo para entregar a magistrados especializados inquéritos sobre este tipo de criminalidade.

"O combate à violência doméstica tem sido uma preocupação constante de toda a estrutura do Ministério Público, designadamente da Procuradoria-Geral Distrital do Porto (na qual se inclui Valongo)", acentua a Procuradoria-Geral da República.

Na quinta-feira, em [entrevista à RTP3](#), o dirigente da APAV João Lázaro apontou o que considerou ser a "necessidade premente" de "*standards* mínimos procedimentais para a operacionalização da lei", perante casos de violência doméstica.

Para lá de ações de formação, prossegue a PGR, “têm sido emitidos diversos instrumentos hierárquicos de divulgação de boas práticas e de uniformização de procedimentos na investigação do crime de violência doméstica bem como relativos à articulação entre esta investigação e a jurisdição da família e crianças”.

“Alguns destes instrumentos são anteriores aos factos sobre os quais versa o relatório da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica”, vinca a Procuradoria, para recordar que, em toda a área de ação da Procuradoria-Geral Distrital do Porto há “secções especializadas em violência doméstica ou estão designados magistrados a quem compete, em exclusivo, investigar este tipo de criminalidade, sendo que as vítimas de violência doméstica são inquiridas pelos respetivos magistrados”.

O que falhou

A Procuradoria-Geral da República afirma que “foram também definidos procedimentos de acolhimento de vítimas de violência doméstica, tendo os funcionários instruções dos magistrados para que os casos prementes sejam presentes de imediato ao magistrado competente”.

“Acrece que no DIAP do Porto foi implementado, a partir de 2013, o programa UM PASSO MAIS. Este programa desenvolvido em estreita colaboração com a PSP visa, desde logo, encontrar as respostas mais adaptadas e eficazes, distinguindo as situações urgentes e conciliando as necessidades de proteção da vítima e de investigação criminal. Neste âmbito foram definidos mecanismos de articulação do DIAP com outras entidades, com o Instituto Nacional de Medicina legal e Ciências Forenses e a Escola de Criminologia da Universidade do Porto”, conclui a PGR.

“Esta Escola de Criminologia efetuou, de resto, em 2017, uma avaliação científica do programa, tendo concluído ser desejável a replicação do mesmo”.

De acordo com o relatório da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica, a vítima, uma mulher de Valongo, interpôs queixa ao Ministério Público contra o ex-marido 37 dias antes de este a matar.

O Ministério Público é acusado, no mesmo documento, de ter reagido de forma demorada e burocrática ao caso ocorrido em novembro de 2015, sem olhar “às leis e determinações existentes para avaliação concreta do risco para a vítima”.

“O Ministério Público nunca tratou a denúncia apresentada (...) como um efetivo caso de violência doméstica, ou seja, nunca deu cumprimento às exigências que a lei impõe, e impunha já a 22 de setembro de 2015, no tratamento das denúncias e na investigação do crime”, lê-se no relatório.

lojas e marcas

Vem aí um mercado com roupa da novela “Amor Maior” a partir de 1,50€

Dura quatro dias e uma parte do valor das vendas reverte para a APAV.



04/01/2018 às 11:51



Inês Castel-Branco era Francisca (foto de SIC).


 texto
Sara Chaves

Se passou horas em frente à televisão com uma certa inveja da roupa usada por Inês Castel-Branco quando interpreta Francisca em “Amor Maior” comece já a juntar os tostões.

A SP Televisão, produtora responsável pela novela da SIC, está a preparar um mercado onde vai **vender** o guarda-roupa dessa e de outras personagens. A venda acontece entre 23 e 26 de janeiro, nos estúdios em São Marcos do Cacém, Sintra.

Durante os quatro dias tem entre as 11 e as 20 horas para ir até lá comprar os vestidos, camisas, calças e acessórios que bem entender. Só da personagem Francisca estarão à venda cerca de 120 peças, entre os 15 e os 150€. O valor angariado reverte na totalidade para a APAV.

Além disso, haverá ainda, no mesmo espaço, 1500 artigos de outras personagens entre 1,50€ e 30€.

tags: Amor Maior, inês castel-branco, mercado, sic, SP Televisão



A Entrevista - Alcines Nogueira - «Tempo de Amar»



Patrícia Matos afastada do ecrã por causa de bactéria



Maratona de «James Bond» na FOX Movies



«A Força do Querer» chegou ao fim a liderar



Diogo Piçarra com o Prémio



SIC

Guarda-roupa de «Amor Maior» vai estar à venda

7 de Janeiro de 2018 Kátia Martins



Um evento organizado pela produtora SP Televisão vai colocar à venda os guarda-roupas de personagens da novela *Amor Maior*, cuja transmissão na SIC terminou no dia 30 de setembro de 2017.

Ao todo, serão mil e quinhentas peças de vestuário das personagens *Clara* (Sara Matos), *Afonso* (João Maneira), *Marta* (Catarina Rebelo), *Daniela* (Beatriz Frazão) e *Francisca* (Inês Castel-Branco) que podem ser adquiridas a partir de dois euros.

O lucro conseguido com a venda da roupa da vilã interpretada por Inês Castel-Branco na trama - cerca de 120 peças entre os 15 e os 150 euros - revertem para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

O evento é aberto ao público e realiza-se entre os dias 23 e 26 de janeiro, das 11h às 20h, nos estúdios da SP Televisão, em São Marcos, Sintra, conforme anuncia o [evento](#) criado no Facebook.



ROUPA À VENDA

A SP Televisão vai colocar à venda todo o guarda-roupa das personagens da novela *Amor Maior*, entre os dias 23 e 26, nos seus estúdios, em São Marcos, Sintra. Ao todo, serão perto de 1.500 peças de vestuário que foram envergadas por **SARA MATOS**, José Fidalgo e Inês Castel-Branco, entre outros. De referir que o dinheiro angariado com a venda da roupa da vilã reverterá para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).





SP TELEVISÃO E INÊS CASTEL-BRANCO ENTREGAM 2 155 EUROS À APAV

O valor foi angariado numa venda do guarda-roupa de Francisca de 'Amor Maior'

31.01.2018



A SP Televisão e Inês Castel-Branco entregaram hoje, 31 de janeiro, um cheque no valor de 2 155 euros à Associação de Apoio à Vítima (APAV). Este acontecimento surge na sequência de uma iniciativa solidária de venda do guarda-roupa da personagem Francisca, de 'Amor Maior', que se realizou entre os dias 23 e 26 deste mês.

Não é o primeiro evento deste género que a SP Televisão organiza, mas a particularidade, desta vez, é a vertente solidária a ele associada. A ideia surgiu ***“em primeiro lugar porque as pessoas nos procuram imenso para saber como podem obter as peças das personagens e, depois, porque a personagem da Inês era tão, tão má que fazia sentido revertê-la para uma imagem contrária”***, explica-nos Dora Luís, responsável de guarda roupa da produtora de televisão.

Inês Castel-Branco mostra-se satisfeita com esta ação e surpreendida porque ***“nunca pensei que fosse gerar tanto dinheiro e é bom saber para onde este valor vai. No caso, a casa de acolhimento de vítimas”***. A atriz que dava vida a Francisca deixa ainda uma mensagem de sensibilização: ***“Acho que nós mulheres – acredito que este público foi maioritariamente feminino – gastamos muito dinheiro em roupa e a primeira mensagem é: comprem roupa em segunda mão porque é uma maneira de reciclar e de não esbanjar dinheiro. Em segundo lugar, se puder haver este lado de ação social, melhor ainda”***.

O balanço desta iniciativa solidária foi positivo de todas as partes e Inês está confiante que se vai repetir: ***“Acho que a SP vai agarrar neste exemplo e vai fazer mais porque funcionou muito bem”***. A atriz termina com um apelo relacionado com a Associação e a sua causa: ***“No caso da APAV em particular, se há vítimas que estão a ler isto, não sintam medo de procurar a Associação porque ela funciona e está lá por uma razão. Procurem-nos e terão sempre o nosso apoio”***.



LIFESTYLE 24 Jan 2018 | 12:46

Sabia que pode comprar roupa de personagem de Inês Castel-Branco em Amor Maior?

São roupas de vários personagens. Dura quatro dias e o valor das vendas reverte para a APAV

Se é daquelas que passava a novela inteira a invejar a roupa de Francisca (personagem interpretada por Inês Castel-Branco), comece já a juntar uns trocos. Pois a SP Televisão, produtora responsável pela novela da SIC, organizou uma venda de guarda-roupa de alguns personagens de «Amor Maior». Já está a decorrer e dura até 26 de janeiro. O evento é aberto ao público e decorre nas instalações da produtora, em São Marcos (Cacém).

Podê ir até lá, das 11h às 20h, e comprar aquelas peças de roupa e acessórios que cobiçava cada vez que via a sua novela da noite. E a cereja no topo do bolo é que os preços da roupa começam nos 2€.



nacional

Redação Lux em 1 de Fevereiro de 2018 às 17:00

Guarda-roupa da personagem Francisca em 'Amor Maior' a favor da APAV



1/7 - Venda solidária na SP Televisão a favor da APAV Foto: Divulgação

Direct ALARME SECURITAS DIRECT

40%
Desconto

Calcule o preço do seu Alarme

SIMULE JÁ →

pub



A SP Televisão angariou um total de 2155€ para a APAV, através de venda solidária de guarda roupa, que decorreu entre os dias 23 e 26 de janeiro, na SP Televisão.

A venda solidária era composta pelo guarda-roupa da personagem Francisca, interpretada por Inês Castel-Branco em "Amor Maior", da SIC, cujo valor reverteu, na sua totalidade, a favor da APAV.

Foram vendidas mais de 100 peças de roupa da personagem Francisca, das cerca de 120 que estiveram disponíveis para venda. Os preços variavam entre os 15 e os 150 euros.

Para além da venda solidária, estiveram ainda à venda mais de 1500 peças utilizadas pelas personagens dos diferentes projetos da SP Televisão, disponíveis e ao alcance de qualquer espetador.